

ANEXO 15

FLUXO DE DESEMBOLSO DO APORTE

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº [•] PARA A CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA AQUAVIÁRIO DE TRANSPORTE DE VEÍCULOS E PASSAGEIROS DENOMINADO SISTEMA DE TRAVESSIAS

1. DAS CONDIÇÕES PARA O DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

- 1.1. O APORTE PÚBLICO tem valor de R\$ 725.084.358,81 (Setecentos e vinte e cinco milhões, oitenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavos), devendo ser reajustado pelo IPCA/IBGE, conforme disposto no item 4 deste Anexo.
 - 1.1.1. Ao final de cada ano, o PODER CONCEDENTE deverá depositar na CONTA RESERVA eventual diferença decorrente do reajuste pelo IPCA/IBGE que supere os rendimentos financeiros do valor depositado.
 - 1.1.2. Os desembolsos das parcelas do APORTE PÚBLICO, devidas em função da ocorrência de cada EVENTO DE DESEMBOLSO, serão pagos a partir da avaliação a ser realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.
 - 1.1.3. Após o pagamento do último EVENTO DE DESEMBOLSO e dos eventuais valores devidos nos termos do item 1.6.1 deste ANEXO, eventual saldo financeiro na CONTA RESERVA será repassado ao PODER CONCEDENTE.
- 1.2. O APORTE PÚBLICO será pago à CONCESSIONÁRIA mediante a comprovação de conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO previstos neste ANEXO.
- 1.3. Os EVENTOS DE DESEMBOLSO correspondem aos marcos de cumprimento dos INVESTIMENTOS atrelados às parcelas do APORTE PÚBLICO, conforme Tabela 1.
- 1.4. A configuração de um EVENTO DE DESEMBOLSO será atestada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 1.5. A CONCESSIONÁRIA, após conclusão dos itens previstos no PLANO DE INVESTIMENTOS relativos a um determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá enviar à ARTESP, bem como VERIFICADOR INDEPENDENTE, a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO.

- 1.6. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO emitida pela CONCESSIONÁRIA, o VERIFICADOR INDEPENDENTE emitirá e remeterá à CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE e à ARTESP, no prazo de até 30 (trinta) dias, a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, que contenha o laudo técnico de aprovação, com o detalhamento do(s) evento(s) efetivamente realizado(s) para fins de repasse das correspondentes parcelas do APORTE PÚBLICO.
 - 1.6.1. A NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO deverá incluir de (i) relatório de fiscalização com o detalhamento dos INVESTIMENTOS relacionados aos EVENTOS DE DESEMBOLSO; (ii) montante relativo ao EVENTO DE DESEMBOLSO devidamente atestado; e (iii) o VALOR DE AJUSTE DO APORTE, nos termos do item 1.12.1, caso aplicável.
- 1.7. Em caso de não conclusão satisfatória dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, o VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá indicar a não conformidade em seu relatório de fiscalização, com a indicação de possíveis alternativas para saneamento das inconformidades.
- 1.8. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as não conformidades apontadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE e submeter nova NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO à ARTESP e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, iniciando novamente o procedimento para desembolso do APORTE PÚBLICO vinculado àquele EVENTO DE DESEMBOLSO.
- 1.9. Após recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, emitida pela CONCESSIONÁRIA, e no mesmo prazo previsto no item 1.5, a ARTESP poderá decidir a respeito da efetiva conclusão do EVENTO DE DESEMBOLSO, independentemente das conclusões alcançadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE .
 - 1.9.1. A decisão da ARTESP, prevista no item acima, prevalecerá, para todos os efeitos, sobre as conclusões do VERIFICADOR INDEPENDENTE, apresentadas na forma do item 1.5, podendo eventuais divergências serem dirimidas pelos mecanismos de solução de controvérsias previstos no CONTRATO.

- 1.10. Recebida a decisão da ARTESP, aludida no item anterior ou, à falta desta, e desde que superado o prazo de 30 (trinta) dias do encaminhamento da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO, recebida a NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO, na forma do item 1.6, a ARTESP deverá encaminhar, em até 5 (cinco) dias úteis, NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO ao BANCO DEPOSITÁRIO e ao PODER CONCEDENTE.
- 1.11. Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis sem que a ARTESP emita a NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO, caracterizar-se-á inadimplemento da obrigação do PODER CONCEDENTE de realizar o pagamento do APORTE PÚBLICO, sendo facultado à CONCESSIONÁRIA remeter cópia da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO que ateste o cumprimento do EVENTO DE DESEMBOLSO ao BANCO DEPOSITÁRIO e ao PODER CONCEDENTE.
- 1.11.1. O BANCO DEPOSITÁRIO deverá realizar o pagamento do valor constante da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO, encaminhada pela CONCESSIONÁRIA na forma do item 1.10, não sendo necessária consulta ou anuência da ARTESP ou do PODER CONCEDENTE.
- 1.12. Sem prejuízo do previsto no item 1.8, a ARTESP deverá, durante a execução dos INVESTIMENTOS, exercer fiscalização relacionadas a EVENTOS DE DESEMBOLSO que tenham sido atestados ou reprovados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, fixando prazo para que a CONCESSIONÁRIA realize os ajustes necessários para a eliminação das irregularidades constatadas.
- 1.12.1. Caso a ARTESP conclua que determinado EVENTO DE DESEMBOLSO não foi cumprido na data atestada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, e que disto tenha decorrido uma antecipação do recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de parcela do APORTE PÚBLICO, em relação ao momento contratualmente devido, o correspondente benefício econômico-financeiro da CONCESSIONÁRIA deverá ser apurado pela ARTESP, na forma

do item 1.12.3 abaixo, referente ao VALOR DE AJUSTE DO APORTE.

1.12.2. O VALOR DE AJUSTE DO APORTE deverá ser descontado dos montantes aplicáveis à NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO subsequente à fiscalização pela ARTESP, observado o procedimento descrito nos itens 1.5 a 1.11.

1.12.3. O VALOR DE AJUSTE DE APORTE deverá ser calculado a partir da aplicação da taxa SELIC sobre a diferença da parcela do EVENTO DE DESEMBOLSO que tenha sido descumprida, após avaliação da ARTESP, considerando o período entre a data de pagamento antecipado da parcela do APORTE PÚBLICO, e a data em que esta deveria ter sido paga.

1.12.4. A CONCESSIONÁRIA deverá sanar as irregularidades apontadas pela ARTESP dentro do prazo afixado pela Agência para correção, sob pena de aplicação das sanções correspondentes, conforme ANEXO 11.

1.12.4.1. Após proceder à correção das irregularidades, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar a ARTESP, que, no prazo de até 30 (trinta) dias, deverá verificar as medidas implementadas.

1.12.4.1.1. Caso a ARTESP entenda que persistem parcialmente ou integralmente as irregularidades, deverá, dentro do prazo indicado no item acima, comunicar à CONCESSIONÁRIA quais as irregularidades que considera não terem sido corrigidas, retomando o procedimento descrito no item 1.12.4.

1.12.5. Até que a ARTESP se manifeste definitivamente, em nenhuma hipótese o cumprimento do disposto no item 1.12 impactará a emissão da NOTIFICAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos do item 1.5, inclusive

para a liberação de parcelas do APORTE PÚBLICO e continuidade dos itens previsto no PLANO DE INVESTIMENTOS.

1.13. Eventuais divergências relacionadas à conclusão dos EVENTOS DE DESEMBOLSO poderão ser submetidas aos mecanismos de solução de controvérsias disciplinados na Anexo 19.

1.14. Na hipótese de cumprimento antecipado dos EVENTOS DE DESEMBOLSO indicados neste ANEXO, os repasses das parcelas de APORTE PÚBLICO poderão ser antecipados, sem qualquer limitação.

1.15. Toda e qualquer obrigação ou implicação decorrente dos EVENTOS DE DESEMBOLSO, sua antecipação, atraso no pagamento ou eventos afins serão suportados pelo APORTE PÚBLICO.

2. DOS EVENTOS PARA DESEMBOLSO DO APORTE PÚBLICO

2.1. Os repasses das parcelas do APORTE PÚBLICO então vinculados ao respectivo progresso físico dos itens previsto no PLANO DE INVESTIMENTOS a cargo da CONCESSIONÁRIA, conforme Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Fluxo de Desembolso de Parcelas do Aporte de Recursos (em milhões de R\$)

Ano	Valor da Parcela do Aporte Público
1	R\$ 58,32
2	R\$ 51,57
3	R\$ 376,34
4	R\$ 114,65
5	R\$ 89,96
6	R\$ 34,25
7	R\$ -
8	R\$ -
9	R\$ -
10	R\$ -
11	R\$ -
12	R\$ -
13	R\$ -

14	R\$ -
15	R\$ -
16	R\$ -
17	R\$ -
18	R\$ -
19	R\$ -
20	R\$ -

2.2. A CONCESSIONÁRIA poderá, no decorrer da execução dos INVESTIMENTOS, alterar o CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO, desde que apresente para prévia aprovação da ARTESP as alterações pretendidas e a justificativa formal para tais alterações.

2.2.1. O novo CRONOGRAMA FÍSICO-EXECUTIVO não afetará os EVENTOS DE DESEMBOLSO, conforme Tabela 1 acima.

3. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO DO APORTE PÚBLICO

3.1. O BANCO DEPOSITÁRIO, após o recebimento da NOTIFICAÇÃO DE DESEMBOLSO da ARTESP, indicando a conclusão de determinado EVENTO DE DESEMBOLSO, deverá promover a transferência de recursos da CONTA RESERVA para a CONTA DE LIVRE MOVIMENTAÇÃO a título de pagamento do APORTE PÚBLICO.

3.2. Eventual inadimplência no pagamento de qualquer parcela do APORTE PÚBLICO poderá ser resolvida mediante execução das garantias previstas em CONTRATO.

4. REAJUSTES E OUTRAS AVENÇAS

4.1. O APORTE será reajustado anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, por meio da variação do IPCA ocorrida entre a DATA BASE e o mês anterior a cada aniversário do CONTRATO, nos termos da seguinte fórmula:

$$AP_{i-n} = AP_{i-db} \times (IPCA_n / IPCA_{db})$$

Onde,

AP_{i-n} é o APORTE correspondente ao plano de investimentos i válido durante o ano contratual n ;

AP_{i-db} é o APORTE correspondente ao plano de investimento i indicado no ANEXO 13;

$IPCA_n$ é o número índice do IPCA correspondente ao mês calendário anterior ao mês do reajuste do APORTE; e

$IPCA_{db}$ é o número índice do IPCA correspondente à DATA BASE.

- 4.2. O primeiro reajuste dos componentes do APORTE PÚBLICO será realizado na data em que se iniciar a OPERAÇÃO COMERCIAL, considerando-se como mês de referência para o cálculo o mês calendário anterior, e os demais reajustes serão realizados anualmente, a partir da data do reajuste anterior.
- 4.3. Na hipótese de vir a ser editada legislação conflitante com o disposto neste item 4.1, a forma de reajuste deverá ser adequada aos novos dispositivos legais, devendo ser avaliada a ocorrência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente desta alteração.
- 4.4. Na hipótese de não ser conhecido o índice de reajuste previsto neste item 4 a fim de permitir que o seu cálculo seja feito na data de sua aplicação, adotar-se-á, de forma provisória, o índice calculado com base na última variação mensal disponível, até a data de sua aplicação, sem prejuízo da observância da periodicidade do reajuste.
- 4.5. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a apuração e o correspondente ajuste financeiro da diferença, a maior ou a menor, considerada a mesma data de aplicação do reajuste que tenha dado origem à ocorrência, e efetuando-se o pagamento à CONCESSIONÁRIA da diferença calculada a seu favor, ou o desconto da diferença calculada a favor do PODER CONCEDENTE, no mês subsequente.
- 4.6. Na eventualidade de algum dos elementos do índice de reajuste previsto neste item 4 deixar de existir, a ARTESP passará de imediato à aplicação do indicador substitutivo, nos termos da legislação aplicável.
 - 4.6.1. Caso não seja oficializado um índice substitutivo, a ARTESP e a CONCESSIONÁRIA definirão de comum acordo o novo indicador, adotando-se,

na hipótese de não se alcançar consenso, os procedimentos de solução de controvérsias previstos no Anexo 19.

Arredondamento dos cálculos

- 4.7. Quando o algarismo na casa dos centavos for menor ou igual a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero); e
- 4.8. Quando o algarismo na casa dos centavos for superior a 5 (cinco), substituir-se-á por 0 (zero) e aumentar-se-á de 1 (um) o algarismo da casa das dezenas de centavos.

Aplicação dos reajustes

- 4.9. O cálculo do reajuste será feito pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à ARTESP com 10 (dez) dias de antecedência da data de cada reajuste.
 - 4.9.1. A ARTESP poderá determinar à CONCESSIONÁRIA a correção do cálculo referido no item 9.10 até a véspera da data fixada para cada reajuste, obrigando-se a CONCESSIONÁRIA a realizar as correções determinadas.
 - 4.9.1.1. O reajuste será efetivado nos termos da determinação da ARTESP, sendo certo que caso a CONCESSIONÁRIA discorde de referida determinação, ela poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsia disciplinados no ANEXO 19.
 - 4.9.2. Caso a ARTESP não se manifeste sobre o cálculo referido no item 4.9 até a data do reajuste, será aplicado automática e provisoriamente o valor proposto pela CONCESSIONÁRIA, até a homologação da ARTESP, quando então far-se-á o eventual desconto ou majoração, no APORTE PÚBLICO subsequente, de eventuais valores que tenham sido recebidos a maior ou a menor pela CONCESSIONÁRIA.
 - 4.9.2.1. Na hipótese do item acima, a ARTESP poderá decidir por realizar os descontos ou majorações nas NOTIFICAÇÕES DE PAGAMENTO subsequentes em única ou múltiplas parcelas, dentro do ano calendário de aplicação do reajuste, observando-se a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA, bem como as obrigações nos financiamentos por ela contratados.
- 4.10. A ARTESP somente poderá deixar de homologar e autorizar o reajuste dos componentes do APORTE PÚBLICO se demonstrar, fundamentadamente, que:

- I. Houve erro no cálculo realizado pela CONCESSIONÁRIA para alcançar o valor reajustado dos componentes do APORTE PÚBLICO, hipótese em que aplicar-se-á o disposto no 4.9.1; ou
- II. Não se completou o período para a aplicação do reajuste.